

Construir na emergência

a arquitetura portuguesa em momentos de crise

Ilídio Jorge Silva, ARQUITETO

Mestre assistente, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Doutorando na Universidade do Minho

ilidio@ufp.edu.pt

RESUMO

Num país que recorrentemente se encontrou em momentos de escassez económica e agitação social, quais foram as opções arquitetónicas que deram voz a essa situação existencial? São as épocas críticas inerentemente propícias a sobriedade, conservadorismo e tibieza técnica? De posturas nacionalistas ou internacionalistas?

A história da arquitetura portuguesa demonstra-nos que existirão lógicas de reação, que talvez haja regularidades, mas dificilmente condenações deterministas.

PALAVRAS-CHAVE

História de Portugal, História da arquitetura portuguesa, Crise

ABSTRACT

In a country often plagued by economical shortage and social unrest, what were the architectural choices that voiced such existential situations? Are critical periods inherently enablers of sobriety, conservatism and lack of technical ambition? Do they bring forth nationalistic or internationalist postures?

The history of Portuguese architecture clearly shows that there might be some logical paths of reaction, even some regularities, but hardly a deterministic single fate.

KEYWORDS

History of Portugal, History of Portuguese architecture, Crisis

Portugal não é, nem alguma vez o foi desde a sua fundação, um país “naturalmente” próspero. Não possuindo uma combinação de território particularmente fértil ou rico em matérias-primas, e mão de obra que permitisse uma exploração em larga escala desses recursos, nunca se destacou pela abundância de produtos diretos (Sousa, 1993, pp. 316–320; Mata e Valério, 1994, pp. 240–242). Da mesma forma, em nenhum momento se verificou um sucesso particular na produção de artigos manufaturados com impacto, particularmente extranacional!

Como tal, uma situação de carência foi recorrente no percurso nacional, interrompida apenas quer por movimentos de expansão, quer por dinâmicas comerciais (ou por ambos) que permitiram acumular riqueza – posse fundiária, matérias-primas, mão de obra – obtida externamente.

Se a esses períodos de escassez somarmos circunstâncias de instabilidade, social em geral e política em particular, obteremos uma sequência das mais nítidas épocas de crise em Portugal.

Assim, o primeiro exemplo claro após a independência sucede entre 1184 e 1248, quando o processo de acumulação de bens e terras, pelo saque e a presúria, se interrompe, com os desaires portugueses frente a Yusuf I e a Almançor, a que se seguem maus anos agrícolas e epidemias (entre 1190 e 1210), e a instabilidade do reinado de Sancho II, a que só a guerra civil de 1245–1248 porá fim (Mattoso, 1993, pp. 95–113).

O século XIV, terminada a Reconquista e ainda não iniciados os Descobrimentos, sob a “pequena era glacial” e consequentes prejuízos agrícolas, com a Peste Negra de 1357–1358, e no momento de um abalo do sistema económico europeu (Le Goff, 1983, vol. I, pp. 141–145), verá o fim da dinastia borgonhesa na convulsão do interregno de 1383–1385, que acarretará uma longa e onerosa sucessão de conflitos armados com Castela (Sousa, 1993, pp. 336–339; Mata e Valério, 1994, pp. 65–74).

Seguidamente, sob D. João III, percorrido o troço ascensional do processo da Expansão, o declínio da chegada de alguns produtos ultramarinos, a desvalorização (por saturação do mercado e pela perda de monopólios) de outros, e o au-

mento dos encargos para a manutenção da presença além-mar, sob o pano de fundo da crise civilizacional da Reforma protestante europeia, assinalarão novas circunstâncias desfavoráveis, de meados do século XVI à hecatombe de Alcácer-Quibir (Magalhães, 1993, pp. 347, 349–353; Mata e Valério, 1994, pp. 100–101). Momentaneamente atenuadas pela inclusão de Portugal no bloco ibérico, no auge do poder económico e político espanhol, os desaires subsequentes da política europeia filipina (da Guerra dos 80 Anos à derrota da Armada Invencível), com as suas consequências no seu poder imperial, e a própria crise de escala numa presença global tão alargada, trar-nos-ão por arrasto de volta as dificuldades económicas, que o esforço das guerras da Restauração prolongarão (Hespanha, 1993, p. 223; Mata e Valério, 1994, pp. 103–111).

Após o novo balão de oxigénio que representará o ciclo do ouro e dos diamantes brasileiros, e com a catástrofe telúrica de 1755, um longo período de crise instalar-se-á, mau grado os esforços assinaláveis da administração pombalina – que a susterá entre as décadas de 60 e 80 do século XVIII – e que perdurará até às invasões francesas, primeiro, e as convulsões do Liberalismo depois, isto é, pelo menos até 1834, senão até à Patuleia, em 1847 (Serrão, 1993, pp. 72–73; Mendes, 1993, pp. 315–319; Mata e Valério, 1994, pp. 124–144).

Os sinais subsequentes de crescimento financeiro, comercial, industrial e agrícola, de meados de oitocentos, esfumar-se-ão pelo fim do século, e uma situação profundamente desfavorável dominará Portugal, das bancarrotas do erário público do final da monarquia, aos deficits que acompanharão a instabilidade republicana, o que conduzirá ao golpe de 1926 (Mendes, 1993, pp. 319–320; Fonseca, 1993, pp. 398–407; Rosas, 1994, pp. 243, 265–266; Mata e Valério, 1994, pp. 162–186).

Posteriormente, pese embora as suas limitações, o crescimento existe sob o Estado Novo, havendo entesouramento pelo Estado e alguns grupos económicos, em particular durante a II Grande Guerra, capital acumulado que, com os governos tecnocráticos dos anos 1950, se traduzirá por investimentos e desenvolvimento infraestrutural; no entanto, com a emergência da Guerra Colonial primeiro, e com a perda do sistema económico que elas suportavam, depois de

1974, um novo período difícil surgirá e arrastar-se-á, dos inícios da década de 60 a meados da de 80 do século XX (Rosas, 1994, p. 267; Ferreira, 1993, pp. 140–148; Mata e Valério, 1994, pp. 205–209, 219–229).

Finalmente, passados os anos de (pelo menos aparente) crescimento do bem estar que sucederam à adesão à CEE em 1985, desembocámos, no final da primeira década do presente século, com a ajuda da recessão global, na crise em que nos encontramos hoje.

A todos estes momentos correspondem, naturalmente, reflexos estilísticos em arquitetura, quer optemos por realçar neles a alteração dos sistemas produtivos e dos interesses dos grupos sociais dominantes e as suas consequências artísticas, por detetar as mudanças de significação cultural que consagram, ou, fruto de todas estas alterações, por compreender que mude a *Kunstwillen* e os padrões formais que a acompanham, ou que a uma nova *Weltanschauung* corresponda uma nova articulação dos elementos linguísticos. Mas interessará perceber, particularmente no momento presente, se a condição existencial geral, comum a todos eles, de “dificuldade” e “incerteza” se traduziu, em Portugal, por alguns vetores gerais constantes.

Procuremos ver, portanto, a que modos arquitetónicos corresponderam os períodos elencados:

1184–1248 | Este intervalo corresponde a uma transição, entre o Românico e o Gótico, e já foi visto quer como Tardorromânico quer como Protogótico. Devido à falta de meios e à insegurança, poucas novas obras se lançarão e deter-se-ão muitas das que estavam em curso (Mattoso, 1981). Só com a estabilização e desenvolvimento urbano do reinado de D. Afonso III o nosso primeiro Gótico, essencialmente mendicante, se manifestará; de qualquer forma, várias das obras românicas que se concluem nesta altura exibem sinais goticizantes, espacial e estruturalmente (como na verticalização da nave de Roriz, ou a nervuragem da *abóbada da ousia* em Fonte Arcada, de meados de duzentos); mais tarde, pelo contrário, a continuidade do Românico, em meios rurais e/ou menos dinâmicos, fechar-se-á no que se chamou um “Românico de resistência”, como encontramos em Cete, já do século XIV (Almeida, 2001, p. 66; Almeida e Barroca, 2002, p. 22). (ver figura 1).

1348–1411 | Pelo menos da Peste Negra à paz definitiva com Castela (e antes do lançamento ativo da empresa da Expansão), a arquitetura nacional, depois de um século dominado pelo gosto mendicante no Gótico, revela sinais da progressão para o que se poderia chamar um *Gótico Pleno*, mais individualizado nas opções estéticas de promotores identificados e sobretudo régios, e mais próximo do Gótico catedralício internacional: da construção da charola da Sé de Lisboa para abrigar o túmulo dum D. Afonso IV prestigiado pela vitória do Salado, à fase inicial do obradoiro batalhino em celebração da mudança dinástica, passando pelo coro alto de uso e túmulo pessoal de D. Fernando em S. Francisco de Santarém, a construção elabora-se e personifica-se, se não sempre em volume de obras e escala do edificado, pelo menos em complexidade construtiva (Pereira, 2011, pp. 312–321). (ver figura 2).

1548–1580 | Do encerramento da feitoria portuguesa em Antuérpia à União Ibérica percorre-se o período da Arquitetura Chã (Kubler, 1972, na leitura mais precisa de Correia, 1991), um modo singularmente português de interpretar as coordenadas pessimistas de retorno à seriedade moral do início do Maneirismo, sob efeito das ondas de choque da Reforma, e dos primeiros ecos do Concílio de Trento. Indo beber, tipológica e construtivamente, à tradição, e sendo compositivamente anticlássica, a Arquitetura Chã começa a afirmar-se pelo programa das novas Sés de D. João III (Leiria, Miranda e Portalegre, no território continental, entre 1551 e 1566) e atingirá – literalmente – a sua standardização com a série das modulares igreja columnárias sebásticas, sobretudo de meados ao último terço do século XVI (Pereira, 2011, pp. 572–578; Serrão, 2002, pp. 187–194). (ver figura 3).

1621–1693 | Da quebra das tréguas da coroa espanhola com os holandeses, que se lançarão sobre o Brasil e outras possessões portuguesas, na Guerra dos 80 Anos (Veiga, 2005, pp. 35–38), ao início das remessas de ouro brasileiro, e passado o principal fulgor da introdução dum vocabulário maneirista internacional, nas campanhas filipinas de obras em Portugal (lançadas sobretudo do início do reinado de Filipe I, em 1580, à visita conciliatória do seu sucessor, em 1619), a arquitetura nacional, além de permanecer viva a Arquitetura Chã (Veiga, 2005, p. 124), vai, com a Restauração, encontrar um formulário de expressão que, não obstante a relativa escassez de obras não militares, parece refletir um

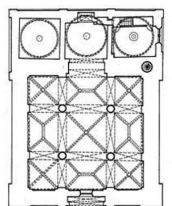
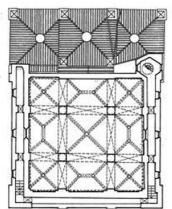
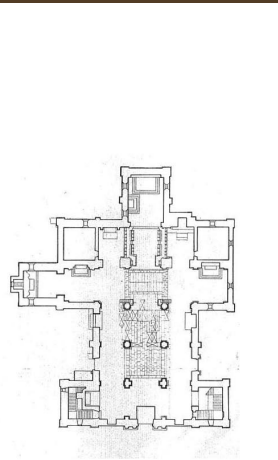


[fig. 1] São Pedro de Roriz e São salvador de Fonte Arcada



[fig. 2] As cabeceiras da Sé [c. 1341–1357] e do Convento do Carmo (1389–1423), em Lisboa

[fig. 3] A Sé de Miranda do Douro (1547–1566) e a Igreja Matriz de Monsaraz [c. 1563]



encontro entre uma recuperação de sinais anteriores aos Filipes (“neomanuelinos”, “neorrenascentistas” e genericamente “chãos”) e uma abertura a figurinos protobarrocos (Serrão, 2003, pp. 126–142), como na planta centrada sob cúpula e a policromia marmórea, em Nossa Senhora da Piedade de Santarém, de c. 1664 (Pereira, 2011, pp. 634–638). (ver figura 4).

Um pouco mais tarde, e após o fim das Guerras da Restauração, mas antes dos desafogos permitidos pelos filões brasileiros, a transição para o Barroco completar-se-á com João Antunes (1645–1712), sob D. Pedro II, que, em Santa Engrácia mas sobretudo em projetos menos grandiloquentes, criará um conjunto de soluções tipológicas (da “cruz grega inscrita em círculo” do Bom Jesus da Cruz de Barcelos ao “retângulo de cantos cortados” da Igreja do Menino Deus, em Lisboa), unindo a economia de meios projetuais (nomeadamente geométricos) ao máximo efeito espacial, nas temáticas de síntese do espaço centralizado e longitudinal tão caras ao Barroco (Pereira, 2011, pp. 652–659; Serrão, 2003, pp. 155–170). (ver figura 5).

1749–1834 | Da Pragmática de limitação dos luxos de D. João V ao fim da guerra civil portuguesa, com o intervalo da recuperação financeira da segunda metade do reinado de D. José I, e apesar da complexidade da situação arquitetónica – que verá prolongar-se, a par da situação de crise, na encomenda estritamente cortesã e no Norte do país (realidades de resistência ou divergência aos figurinos estatais/centralizados), um gosto rococó descendente dos faustos d’*O Magnânimo* – verificar-se-á a manifestação de duas tendências racionalizadoras, o Pombalismo antes e o Neoclassicismo depois². (ver figura 6).

1890–1935 | Após o Ultimato inglês, a que se seguirão as bancarrotas nacionais de 1891 e 1892, e até à solidificação financeira do Estado Novo, iniciada em 1928 e consagrada ao tempo da Lei de Reconstituição Económica de 1935, a arquitetura portuguesa, descontando a continuidade de ecletismos vários (tal o Neomanuelino, cujas obras definidoras antecedem esta época) e fenómenos circunscritos, como o é a Arte Nova em Portugal, verá aparecerem duas correntes fortes e, à sua maneira, ambas modernas: o Neorromânico e a *Art Déco*. O primeiro marcará uma forma menos arqueoló-

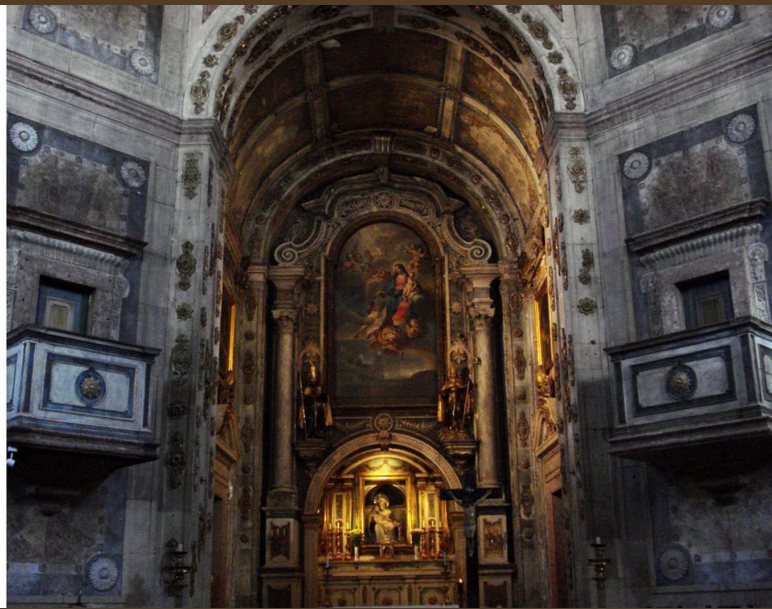
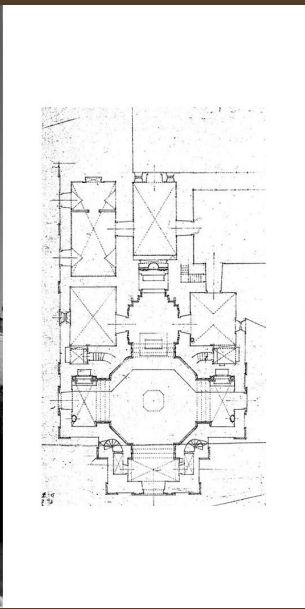
gica e mais qualitativa de apropriação plástica do passado, e mesmo uma tendência mais funcional de desenho (França, 2004, pp. 171–173); a segunda corrente, na sua apetência por uma modernidade técnica e estética, desenvolver-se-á no essencial após o golpe do 28 de Maio de 1926 e será a primeira opção expressiva do Estado Novo (Tostões, 2004, pp. 106–118), precisamente no seu período de afirmação e de estabilização, económica inclusive, não perdurando assim que esta se atinge. (ver figura 7).

1961–1985 | O ocaso da ditadura, assim que se iniciam os levantamentos militares nos territórios ultramarinos, e a construção da democracia, depois de 1974, coincidem com o que se poderia chamar de Tardomodernismo (Frampton, 2006, pp. 329–339; Jencks, 1989), primeiro dando azo quer ao Regionalismo Crítico, quer à exploração de formas mais individualizadas e fenomenológicas na tradição do Movimento Moderno (Tostões, 2004, pp. 139–155; Urbano, 2013), e depois ao ciclo da arquitetura ligada ao SRAAL e à iniciativa cooperativa (Portas e Mendes, 1991, pp. 24–35). Os primeiros movimentos representam a negociação tanto das propostas alternativas, exteriores ao Movimento Moderno (de Wright, de Scarpa, entre outros), como dos caminhos gradualmente centrífugos ao Funcionalismo (os de Ralto, de Kahn, ou do Team X), o segundo trabalha a charneira entre os resultados dessa prática e a Postmodernidade. (ver figura 8).

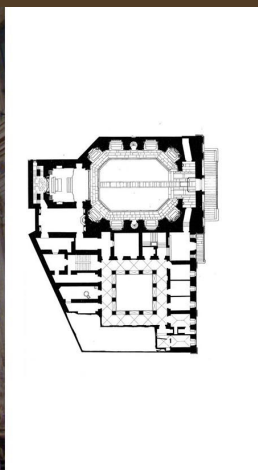
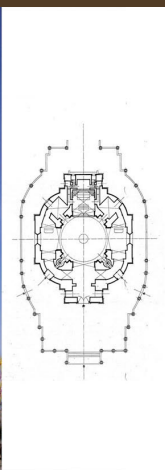
Mas o que caracterizou então as arquiteturas da emergência em Portugal?

Para abordar esse problema, algumas observações nascem diretamente desta elencação:

a) a *austeridade* expressiva não é de forma alguma um princípio exclusivo adstrito às arquiteturas de crise – tanto o Gótico Mendicante, como o Maneirismo filipino e o Português Suave, que a ela recorrem (mesmo que na amplitude que vai entre a modéstia populista e a sobriedade erudita), não correspondem a períodos de depauperamento dos encomendantes; por outro lado, mesmo que com limitações financeiras e estratégias de compensação, o nosso Barroco inicial pré-aurífero, a *Art Déco* e o Movimento Moderno tardio procuram exprimir exuberância;



[fig. 4] Nossa Senhora da Piedade de Santarém, João Nunes Tinoco (c. 1664)



[fig. 5] João Antunes: o Bom Jesus da Cruz de Barcelos e a Igreja do Menino Deus

[fig. 6] Do Pombalismo ao Neoclássico: Cadeia da Relação (Eugénio dos Santos, 1756) e Hospital de Santo António (John Carr, 1770)



- b) do mesmo modo se pode concluir ao observar esta diferenciação no que toca a tendências de *conservadorismo* ou retorno expressivo a formas passadas (em fenómenos que não são forçosamente de nacionalismo) – que se observam no Gótico mendicante³, na arquitetura manuelina, no Português Suave e no nosso primeiro Movimento Moderno⁴, enquanto se deteta, pelo contrário, uma vontade de atualização e renovação no Neoclassicismo, na *Art Déco* e no Tardomoderno mais urbano; além disso, refira-se como, no percurso dos historicismos do século XIX, é sensivelmente mais “moderno” o Neorromânico da crise económica finissecular que os “Neos” da Regeneração⁵;
- c) não existe igualmente uma correlação entre as arquiteturas destas conjunturas e uma *pobreza técnica* – o Gótico Pleno, a arquitetura militar da Restauração, a infraestruturização pombalina, a *Art Déco* e o Movimento Moderno tardio são tecnicamente inovadores onde o Maneirismo e o Português Suave não o são.

Não há portanto, face à incerteza, tanto quanto a História nos mostra, nenhum catálogo óbvio de respostas constantes e/ou exclusivas. Quantitativamente, em todos os momentos considerados haverá uma diminuição do número de obras (mas não forçosamente do seu volume individual); qualitativamente, há uma tendência para a redução da decoração aplicada (escultórica, em pedra ou madeira) em favor de soluções mais robustas e integradas – o que pode sinalizar uma redução da energia despendida e um aumento da solidez dos edifícios – e talvez mesmo uma retração da adjetivação iconográfica, a favor de uma expressão volumétrica e espacial. Assim, a decoração escultórica histórica recua e aplanase no Tardorromânico, da mesma forma que os embutidos pétreos são a opção antes do uso da talha, delicada, tridimensional e figurada, no Barroco.

Em termos de postura, dentro do largo grupo que se identifica com períodos de escassez e agitação, e que comporta sempre viragens estilísticas, existe uma adicional diferenciação interna de atitude, entre o que chamaria uma resposta *programática* às crises, e as opções *reativas*. A Arquitetura Chã, o Protobarroco/Barroco inicial, o Pombalismo, o Neorromânico, o Regionalismo Crítico e a arquitetura post-

–revolucionária, parecem incorporar programaticamente o condicionamento material⁶ e/ou o questionamento cultural, optando por procedimentos de economia e robustez dos meios expressivos (abstração, standardização, densidade material, recurso preferencial a dispositivos técnicos comprovados pela experiência nacional). Já nas experiências goticizantes do Tardorromânico, no aparato construtivo do Gótico Pleno e na sintonização com o gosto internacional do Neoclassicismo, da *Art Déco* e do Tardomoderno urbano (dum Conceição e Silva, dum Chorão Ramalho, dum Hestnes Ferreira), há uma reação proativa, um salto para a frente e para fora. Ambas as categorias, clarifique-se, incorporam mentalidades igualmente eruditas e reflexivas, mas a primeira tende a verter os vetores culturais alargados da sua época em formulações dominadas por práticas autóctones (donde a sua maior “originalidade” estilística), e a segunda a procurar definições já clarificadas internacionalmente, introduzindo dinâmicas exógenas, quiçá para diminuir a entropia de um sistema desequilibrado, através da adição de energia exterior.

Não existe assim nenhum indício dum determinismo que confirme que a arquitetura portuguesa se prepara hoje para inflétir para a sobriedade formal, um retorno a soluções familiares e uma preferência pela elementaridade construtiva. É claro que, nacional e internacionalmente, o caminho de desmesura e até absurdo construtivo (que nenhum “milagre de Bilbao” – aliás, nunca repetido – podia sancionar) que dominou a criação arquitetónica por mais de duas décadas (Moix, 2010) não pode continuar, e é por demais evidente no nosso panorama da construção civil que o volume de edificação que não há muito tempo conhecemos, desapareceu. Faltará saber se a arquitetura portuguesa optará ainda assim por investir em demonstrar que permanece em sintonia com a cena internacional, nela contribuindo no mesmo dialeto, ou se assistiremos a uma descolagem de “digestão” subjetiva, singularmente portuguesa, de mais uma crise.

Ambas as possibilidades, já vimos, foram soluções válidas e férteis para um país habituado a crises poder manter um discurso atuante sobre a sua dinâmica existencial.



[fig. 7] Palacete-colégio (Álvaro Machado, 1904) e Instituto Superior Técnico [Porfírio Pardal Monteiro, 1927-1935]



[fig. 8] Pousada de Valença (João Andresen, 1962), Edifício Castil (Atelier Conceição e Silva, 1972) e Bairro da Bouça (Álvaro Siza, 1977)]

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, C. A. F.** (2001). *O Românico*. Lisboa, Presença.
- Almeida, C. A. F., Barroca, M. J.** (2002). *O Gótico*. Lisboa, Presença.
- Correia, J. E. H.** (1991). *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa, Presença.
- Ferreira, J. M.** (1993). A evolução da sociedade portuguesa, *in* Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. VIII, pp. 139–173.
- Fonseca, F. T.** (1993). Flutuações e crises económicas. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, pp. 395–409.
- Frampton, K.** (2003). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo, Martins Fontes.
- França, J.-A.** (2004). *O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa, Presença.
- Hespanha, A. M.** (1993). A fazenda. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV, pp. 203–239.
- Jencks, C.** (1989). *Arquitectura Internacional: últimas tendências*. Barcelona, Gustavo Gili.
- Kubler, G.** (1972). *Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521–1706*. Middletown, Wesleyan University Press.
- Le Goff, J.** (1983). *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa, Estampa.
- Magalhães, J. R.** (1993). A estrutura das trocas. *In*: Mattoso, J. (dir.) (1993). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. III, pp. 315–353.
- Mata, E., Valério, N.** (1994). *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa, Presença.
- Mattoso, J.** (1981). *O românico português: interpretação económica e social*. separata de *Mínia*, 2.ª série, 4(5). Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural.
- Mattoso, J.** (1993). 1096–1325. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, pp. 11–309.
- Mendes, J. A.** (1993). Evolução da economia portuguesa. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, pp. 315–323.
- Moix, L.** (2010). *Arquitectura milagrosa – hazañas de los arquitectos estrella en la España del Guggenheim*. Barcelona, Anagrama.
- Pereira, P.** (2011). *Arte Portuguesa – história essencial*. Lisboa, Temas e Debates.
- Portas, N., Mendes, M.** (1991). *Portogallo: architettura, gli ultimi vent'anni*. Milão, Electa.
- Rosas, F.** (1994). O Estado Novo. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. VII.
- Serrão, J. V.** (1993). O quadro económico. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV, pp. 71–113.
- Serrão, V. M.** (2003). *O Barraco*. Lisboa, Presença.
- Serrão, V. M.** (2002). *O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa, Presença.
- Sousa, A.** (1993). 1325–1480. *In*: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, pp. 310–548.
- Tostões, A.** (2004). *Arquitectura moderna portuguesa: 1920–1970*. Lisboa, IPPAR.
- Urbano, L.** (2013). Between here and there. Rural and urban space as national identity in 1960's Portugal. *In*: Leal, J. C., Maia, M. H., Cardoso, A. (eds.). *To and fro: modernism and*

vernacular architecture. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/CEAA, pp. 207–221.

Veiga, C. M. (2005). *A herança filipina em Portugal*. Lisboa, CTT – Correios de Portugal.

NOTAS

1. O vinho do Porto pode ser uma exceção, mesmo assim algo tardia na nossa história, e, ainda mais recentemente, a produção vinícola em geral, a têxtil, a de cortiça, e a de calçado, têm gozado de um sucesso assinalável, mas de qualquer forma com uma escala e/ou uma visibilidade relativas nos mercados globais. Os serviços, nomeadamente aqueles relacionados com o turismo, têm um comportamento similar na nossa economia contemporânea.
2. Ambas as correntes perdurarão [o Neoclassicismo terá mesmo um novo fôlego, politizado, depois de 1834, na arquitetura para as sedes das novas instituições do Liberalismo] para além destes momentos mais críticos, mas surgem e difundem-se na sua vigência; a reforma almadina do Porto marcará ainda uma ligação evolutiva, de uma para a outra (França, 2004, pp. 29–31, 39–44; Pereira, 2011, pp. 740–741, 754–759).
3. Herdeiro de tipologias e espacialidade românicas (Pereira, 2011, pp. 292–295)
4. Que recupera, panfletária mas anacronicamente, os modelos do pré-guerra (Urbano, 2013).
5. Apesar de sinais contraditórios, o mesmo é ainda parcialmente observável no Tardorromânico já goticizante, e na arquitetura da Restauração protobarroca.
6. Que já vimos não ser sinónimo direto da austeridade expressiva.

